

Moçambique está no caminho certo!

O relatório anual do Banco Mundial/IFC (International Finance Corporation) para 2014 contendo um *ranking* dos países sobre a facilidade de fazer negócios (*Doing Business*) veio comprovar mais uma vez que Moçambique está no caminho certo. Um caminho ainda longo, sem dúvida, pois Moçambique começou a sua caminhada de muito longe, mas demonstrando estar com vontade de fazer as reformas e de dar os passos necessários para se ir aproximando do seu objectivo. O Banco Mundial ainda classifica Moçambique num modesto 139º lugar entre 189 países, mas a verdade é que só num ano Moçambique foi capaz de subir três lugares. E se analisarmos apenas o *ranking* entre os países da África Subsariana, Moçambique está já num orgulhoso 15º lugar entre 47 países, ou seja muito acima do meio da tabela. Igualmente, se olharmos apenas para o *ranking* dos países de baixo rendimento, Moçambique fica classificado em 9º lugar entre 34 países, entrando assim no top10. Por outro lado, quando comparado entre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), Moçambique também apresenta uma classificação boa. Depois de Cabo Verde, que é o melhor posicionado, em 121º lugar, segue-se Moçambique no 139º lugar. A seguir vêm São Tomé e Príncipe (169º), Angola (179º) e Guiné Bissau (180º).

De entre os vários índices que são tomados em conta pelo Banco Mundial merece uma especial nota o grau de protecção aos investidores, que é bastante importante para quem pretende tomar uma decisão de investimento. Esse grau é, relativamente a Moçambique, dos melhores da África Subsariana. Pelo contrário, entre as maiores dificuldades para quem pretende estabelecer um negócio em Moçambique aparece ainda (e até se tem agravado) o acesso à electricidade e ao crédito.

Na verdade, a dificuldade de acesso à electricidade (e energia em geral) é uma aparente contradição num país com o potencial energético de Moçambique, com carvão, rios e gás natural em abundância. Mas a verdade é que ainda não possui as infra-estruturas básicas necessárias para um fácil acesso a essas fontes energéticas por parte dos que delas precisam. Faltam ainda as vias férreas e a rodovia que permitam o escoamento do



José Luís Moreira da Silva
Sócio SRS Advogados | Responsável pela Moçambique desk

carvão da região centro do país, faltam ainda as centrais de liquefacção de gás natural, faltam ainda as barragens hidroeléctricas. Sobretudo, falta ainda uma rede de distribuição de energia por todo o país, a linha de transmissão Centro/Sul (espinha dorsal). A nova hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, com capacidade de gerar 1.500 MW, contribuirá também de forma significativa para a disponibilidade de energia em Moçambique e para as necessidades dos investimentos feitos e a fazer.

No sector bancário as dificuldades também se têm sentido para financiar este crescimento de investimentos. O acesso ao crédito e a liquidez suficiente para tantos projectos de centenas e até de milhares de biliões de dólares tem faltado e Moçambique ainda depende do grupo de doadores e de ofertas de determinados países para levar por diante as infra-estruturas que tem de construir. O sistema financeiro moçambicano tem tentado reestruturar-se nos últimos anos, com a entrada de novo capital e de novos accionistas nos bancos existentes (a maior parte ainda dominados por bancos portugueses, com dificuldades em Portugal), mas também através da abertura de novos bancos estrangeiros. O esforço de investimento para os próximos anos vai exigir um acelerar das mudanças em curso no sistema bancário moçambicano. Disso, estamos certos.

Consciente das enormes dificuldades que tem ainda pela frente, são de realçar as reformas feitas nos últimos anos, nomeadamente com a simplificação na obtenção de licenças de construção e sobre-



tudo com a janela única electrónica no comércio transfronteiriço, que veio simplificar o comércio com terceiros países. Também o procedimento de criação de empresas foi substancialmente simplificado e melhorado, com um licenciamento mais expedito e com menos burocracia. Aliás, o índice relativo à criação de empresas foi dos que melhorou mais desde 2005. Todavia, ainda constituem entraves relevantes ao investimento a realizar por estrangeiros, designadamente, a propriedade da terra e a contratação de trabalhadores. Dois temas ainda de resolução complexa para um investidor estrangeiro.

PROSSEGUIR COM AS REFORMAS

O Governo de Moçambique tem como meta alcançar um lugar cimeiro até 2015 entre os 15 países da SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), o que ainda não é uma realidade. Para conseguir atingir este objectivo, Moçambique necessita de prosseguir firmemente com as reformas que tem feito nos últimos tempos, mas isso não vai chegar, tamanhos são os desafios que tem pela frente. E a ameaça de conflitos militares do último ano não ajuda em nada na concretização desse objectivo, pois só com paz e segurança será possível aliciar os investidores necessários ao desenvolvimento do país.

A par dos desafios do desenvolvimento, Moçambique tem de ter igualmente em conta alguns riscos que se colocam ao seu progresso e que têm vindo a ser identificados pelas instâncias

internacionais. Um dos maiores riscos é o declínio e a flutuação dos preços dos recursos naturais nos mercados mundiais. Em 2013 os preços do alumínio e do carvão caíram, o que afectou as exportações moçambicanas e alertou para a enorme dependência do país em relação a poucos produtos.

Uma parte considerável das receitas fiscais de Moçambique ainda depende destes grandes projectos, pelo que uma retracção dos mercados internacionais e, consequentemente, destes investimentos, pode pôr em causa a evolução do crescimento de Moçambique. O crescimento tem-se situado em cerca de 7% a 8% ao ano, número que se prevê poder manter-se em 2014. Mas este crescimento implica uma pressão sobre a inflação e sobre o défice público. A inflação tem estado controlada entre 3% a 6%, mas o défice público está com clara pressão para subir acima dos 40%, o que pode implicar a tomada de medidas de contenção no investimento público e na contratação de funcionários públicos por parte do Governo, com forte impacto na economia e na vida da população. Só para 2014 prevê-se um aumento do défice público em quase 10%, o que se afigura insustentável a longo prazo. Esta situação implicou já uma descida do *rate* de Moçambique pelas empresas internacionais de *rating* para “B” (S&P), o que poderá dificultar a emissão de dívida nos mercados internacionais, que Moçambique estava a tentar pôr em prática de forma mais regular. Os doadores internacionais ainda contribuem com cerca de 20% para o Orçamento do Estado moçambicano, sendo porém cada vez mais relevantes os ganhos fiscais derivados dos megaprojectos, enquanto que o investimento estrangeiro tem vindo a aumentar, mantendo-se a China, a África do Sul e Portugal entre os três principais países em volume de investimento. O CPI (Centro de Promoção de Investimento) anunciou que em 2013 o volume de projectos aprovados ascendeu a USD\$ 4,2 biliões para cerca de 515 investimentos.

Estes dados, bons e menos bons, são normais em países em vias de desenvolvimento e demonstram ainda o enorme desafio que Moçambique tem pela frente, mas também as suas enormes capacidades. Rico em recursos naturais, mas ainda pobre em infra-estruturas e em capacidade de financiamento do seu desenvolvimento, Moçambique tem porém demonstrado saber o caminho que tem de percorrer e tem feito esse caminho com realismo, determinação e paciência.

Moçambique está, portanto, no caminho certo! ●